



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **em 31 de dezembro** **de 2002 e de 2001**

Índice

◆ Parecer dos Auditores Independentes	3
◆ Balanço Patrimonial	3
◆ Demonstração dos Resultados	4
◆ Demonstração do Fluxo Financeiro	4
◆ Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	5
◆ Parecer Atuarial:	
- Plano Petros - Sistema Petrobras	14
- Plano Petros - P.Q.U	14
- Plano Petros - Braskem	15
- Plano Petros - Trikem	15
- Plano Petros - Ultrafértil	16
- Plano Petros - Copesul	16
- Plano Petros - Petroflex	17
- Plano Petros - Nitriflex / DSM	17
- Plano YPF	18
- Plano CDSA	18
- Plano Transpetro	19
- Plano DBA	19
- Plano Concepa	20
- Plano Satélite	20
- Plano Triunfo	21
◆ Parecer do Conselho Fiscal	22
◆ Ata do Conselho Deliberativo	22

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

17 de janeiro de 2003

Aos Participantes e às Patrocinadoras

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Examinamos os balanços patrimoniais da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e as correspondentes demonstrações do resultado e do fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição das provisões matemáticas e dos fundos foi conduzida sob a responsabilidade de consultores atuariais externos à entidade e nosso parecer, no que se refere à determinação da composição do exigível atuarial e fundos, está baseado exclusivamente nos pareceres desses consultores.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamen-

to dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base em nossos exames e nos pareceres dos consultores atuariais externos, como referido no primeiro parágrafo, somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e o resultado das operações e o fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC-SP-000160/O-5-S-RJ

Luiz Márcio Malzone
Sócio
Contador CRC-RJ-31.376/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2002	2001	Passivo	2002	2001
Disponível	1.431	4.667	Exigível operacional		
			Programa previdencial	1.020.996	2.551.178
Realizável			Programa administrativo	13.116	10.527
Programa previdencial	813.605	179.017	Programa de investimentos	25.405	33.472
Programa administrativo	2.897	4.124		1.059.517	2.595.177
Programa de investimentos					
Renda fixa	14.365.929	12.826.686	Exigível contingencial		
Renda variável	2.302.633	2.401.933	Programa administrativo	1.167	4.196
Investimentos imobiliários	993.216	773.967	Programa de investimentos		598.699
Operações com participantes	487.838	331.560		1.167	602.895
Outros realizáveis	457.884	486.553			
	18.607.500	16.820.699	Exigível atuarial		
	19.424.002	17.003.840	Provisões matemáticas		
			Benefícios concedidos	13.630.223	12.383.480
			Benefícios a conceder	5.131.477	1.556.409
				18.761.700	13.939.889
Permanente			Reservas e fundos		
Imobilizado	17.758	18.845	Equilíbrio técnico		
Diferido	19.457	14.023	Resultados realizados		
	37.215	32.868	(-) Déficit técnico acumulado	(1.552.113)	(431.139)
			Resultados a realizar	725.133	
				(826.980)	(431.139)
			Fundos		
			Programa previdencial	559	212
			Programa administrativo	466.685	334.341
				467.244	334.553
				(359.736)	(96.586)
Total do ativo	19.462.648	17.041.375	Total do passivo	19.462.648	17.041.375

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOExercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2002	2001
Programa previdencial		
Recursos coletados	2.570.330	5.879.180
Recursos utilizados	(1.710.599)	(1.169.188)
Custeio administrativo	(151.557)	(354.372)
Resultado dos investimentos previdenciais	2.993.010	1.009.833
Constituições de provisões atuariais	(4.821.811)	(5.711.927)
Constituição de fundo	(347)	(212)
Déficit técnico	<u>(1.120.974)</u>	<u>(346.686)</u>
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	151.557	354.372
Receitas	74	211
Despesas	(67.185)	(58.117)
Constituições de contingências	(7.797)	(1.310)
Resultado dos investimentos administrativos	<u>55.695</u>	<u>8.509</u>
Constituições de fundos	<u>132.344</u>	<u>303.665</u>
Programa de investimentos		
Renda fixa	2.466.318	690.594
Renda variável	241.814	62.357
Investimentos imobiliários	135.107	96.149
Operações com participantes	124.847	67.550
Relacionadas com o disponível	(8.854)	(8.076)
Relacionadas com tributos	(51.978)	
Outros investimentos	141.451	96.572
Constituições de contingências		80.838
Outras despesas		(67.642)
Resultados transferidos para outros programas	<u>(3.048.705)</u>	<u>(1.018.342)</u>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.***DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO**Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2002	2001
Programa previdencial		
Entradas		
Recursos coletados	2.570.330	5.879.180
Recursos a receber	7.407	1.142.459
Recursos futuros	(1.528.252)	2.544.704
Outros realizáveis/exigibilidades		<u>3.921</u>
	<u>1.049.485</u>	<u>9.570.264</u>
Saídas		
Recursos utilizados	(1.710.599)	(1.169.189)
Utilizações a pagar	235	(2.094)
Utilizações futuras	83.812	(83.251)
Outros realizáveis/exigibilidades	(2.839)	
	<u>(1.629.391)</u>	<u>(1.254.534)</u>
	<u>(579.906)</u>	<u>8.315.730</u>
Programa administrativo		
Entradas		
Receitas	74	212
Receitas a receber	22	(21)
Receitas futuras	<u>2.821</u>	
	<u>2.917</u>	<u>191</u>

Continua

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIROExercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2002	2001
Saídas		
Despesas	(67.185)	(58.117)
Despesas a pagar	1.497	(1.514)
Despesas futuras	(523)	(166)
Permanente	(4.348)	(21.347)
Outros realizáveis/exigibilidades		(1.708)
Constituições/reversões de contingências	<u>(10.826)</u>	<u>(2.021)</u>
	<u>(81.385)</u>	<u>(84.873)</u>
	<u>(78.468)</u>	<u>(84.682)</u>
Programa de investimentos		
Renda fixa	927.076	(8.370.955)
Renda variável	337.196	(153.102)
Investimentos imobiliários	(85.492)	88.516
Operações com participantes	(28.106)	(33.278)
Relacionadas com disponível	(23.446)	80.969
Relacionadas com tributos	(43.510)	(67.642)
Outros investimentos	170.119	16.327
Constituição (reversão) de contingências	<u>(598.699)</u>	<u>212.258</u>
	<u>655.138</u>	<u>(8.226.907)</u>
Fluxo nas disponibilidades	<u>(3.236)</u>	<u>4.141</u>
Disponibilidade final	1.431	4.667
Disponibilidade inicial	<u>(4.667)</u>	<u>(526)</u>
Variação nas disponibilidades	<u>(3.236)</u>	<u>4.141</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2002 e de 2001
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional

(a) A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS em 1969, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primordiais:

- (i) Instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- (ii) prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária; e
- (iii) promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

Em 30 de abril de 2002, o então Conselho de Curadores aprovou um novo estatuto para a Petros, elaborado em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, e de acordo com o artigo 52 do estatuto vigente àquela época. O novo estatuto foi aprovado pelo Conselho de Administração da PETROBRAS em 10 de maio de 2002 e também pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme Portaria nº 970, de 22 de agosto de 2002.

O Plano Petros foi instituído pela PETROBRAS em julho de 1970 e é do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Em 31 de maio de 2001, o Conselho de Administração da PETROBRAS

aprovou um critério de rateio do patrimônio do Plano Petros, para fins de implementação do processo de segregação das massas de participantes, por plano de benefício das empresas patrocinadoras do Plano Petros. O rateio do patrimônio, determinado pela PETROBRAS, foi calculado proporcionalmente às reservas matemáticas relativas às massas de participantes vinculados a cada patrocinadora. Concluído o processo de separação das massas, o Plano Petros transformou-se nos seguintes planos:

- Plano Petros Sistema PETROBRAS - patrocinadoras: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Petrobras Internacional S.A. - Braspetro, Petrobras Química S.A. - Petroquisa, Alberto Pasqualine S.A. - Refap e Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. A patrocinadora Petrobras Internacional S.A. - Braspetro foi incorporada à PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, conforme decisão das Assembléias Gerais Extraordinárias das duas empresas realizadas em 30 de setembro de 2002.

- Plano Petros Ultrafertil - patrocinadora: Ultrafertil S.A.
- Plano Petros Braskem - patrocinadora: Braskem S.A., que sucedeu a Petroquímica do Nordeste S.A. - Copene em 2002.
- Plano Petros Trikem - patrocinadora: Trikem S.A.
- Plano Petros Copesul - patrocinadora: Companhia Petroquímica do Sul - Copesul.
- Plano Petros Petroflex - patrocinadora: Petroflex - Indústria e Comércio S.A.

- Plano Petros PQU - patrocinadora: Petroquímica União S.A. - PQU.
- Plano Petros Nitriflex - patrocinadora: Nitriflex S.A. - Indústria e Comércio.
- Plano Petros DSM - patrocinadora: DSM - Elastômeros Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2002, além do Plano Petros, a Fundação também administrava os seguintes planos, já aprovados pela SPC:

- Plano YPF, de contribuição definida, instituído em 10 de setembro de 1999, destinado aos empregados e dirigentes da Repsol YPF Brasil S.A. Em 15 de setembro de 2000, a Dispal Petróleo Paulínea Ltda. aderiu ao Plano YPF.

- Plano DBA, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, instituído em 17 de agosto de 2000, destinado aos empregados da DBA Engenharia de Sistemas Ltda.

- Plano CDSA, de contribuição definida, para os benefícios programados e de benefício definido para os benefícios de risco, instituído em 2 de outubro de 2000, destinado aos empregados da Cachoeira Dourada S.A.

- Plano TRANSPETRO, de contribuição definida, instituído em 16 de outubro de 2000, destinado aos empregados da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO.

- Plano CONCEPA, de contribuição definida, instituído em 23 de janeiro de 2001, destinado aos empregados da Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa.

- Plano TRIUNFO VIDA, de contribuição definida, instituído em 3 de dezembro de 2001, destinado aos empregados da Petroquímica Triunfo S.A.

- Plano SAT, de contribuição definida, instituído em 3 de dezembro de 2001, destinado aos empregados das patrocinadoras Satélite Distribuidora de Petróleo S.A., Petromarketing Consultoria S.A. e Carau Transportes S.A.

- Plano IBP, de contribuição definida, instituído em 11 de março de 2002, destinado aos empregados do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP.

Para a consecução de seus objetivos, a Petros obtém recursos de contribuições das empresas patrocinadoras e dos participantes e assistidos, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

As patrocinadoras do Plano Petros, conforme o disposto no artigo 48, inciso 10, do Regulamento do Plano de Benefícios, comprometem-se a alocar recursos para a cobertura de eventuais insuficiências que venham a ser reveladas no custeio do plano de benefícios, decorrentes das alterações introduzidas em 1984 e 1991 nos artigos 30, 41 e 42 do Regulamento. As patrocinadoras dos demais planos de benefício definido também são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiência dos planos que patrocinam.

Em 9 de agosto de 2002, o Conselho de Administração da PETROBRAS deliberou determinar à Diretoria Executiva que solicitasse à Petros o fechamento definitivo do Plano Petros, tendo a Fundação encaminhado em 30 de outubro de 2002 à Secretaria de Previdência Complementar a documentação requerida para a concretização do fechamento do referido plano.

(b) Em 11 de maio de 2001, o Conselho de Administração da PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS aprovou o Regulamento do

Plano Petrobras Vida, os critérios da migração dos participantes e os aportes de recursos necessários. Em 27 de junho de 2001, o Plano Petrobras Vida foi aprovado pelo Departamento de Controle das Estatísticas (DEST) e, em 20 de setembro de 2001, pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, através do Ofício nº 2.258/SPC/COJ.

O Plano Petrobras Vida é de contribuição definida para os benefícios programáveis e de benefício definido para os benefícios de risco. O processo de migração dos participantes e assistidos do Plano Petros para o Plano Petrobras Vida foi iniciado em 15 de outubro de 2001 e suspenso em 27 de novembro de 2001 em virtude de liminar concedida em Mandado de Segurança impetrado por entidades sindicais, o que impediu o prosseguimento da migração. Em 13 de janeiro de 2003, após várias decisões judiciais sobre a continuidade do Planos Petrobras Vida, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região concedeu à PETROBRAS a suspensão dos efeitos da liminar que impedia a migração. Em 17 de janeiro de 2003, foi concedida pela juíza da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro nova liminar para suspender os atos de migração. A definição sobre o processo de migração depende do julgamento do mérito da questão.

(c) Em 31 de dezembro de 2002, encontravam-se em processo de aprovação os seguintes novos Planos:

- Plano Smart Solutions

Patrocinadora: Smart Solutions

Característica: Contribuição definida

Andamento do processo: Aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em 4 de dezembro de 2002. Encontra-se na SPC para aprovação.

- Plano Rio Polímeros

Patrocinadora: Rio Polímeros

Característica: Contribuição definida

Andamento do processo: Aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros em 4 de dezembro de 2002. Encontra-se na SPC para aprovação.

- Plano PQU Previdência

Patrocinadora: Petroquímica União S.A. - PQU

Característica: Plano Misto: Contribuição definida para os benefícios programados e benefício definido para os benefícios de risco.

Andamento do processo: Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 4 de dezembro de 2002. Encontra-se na SPC para aprovação.

- Plano CONCEPA

Patrocinadora: Econorte - Concessionária de Rodovias do Norte S.A.

Característica: Contribuição definida

Andamento do processo: aprovado pelo então Conselho de Curadores da Petros em 27 de dezembro de 2001 e pelo Conselho de Administração da PETROBRAS em 8 de fevereiro de 2002.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão em conformidade com a Resolução nº 5, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e a longo prazo, nem a apresentação das origens e aplicações de recursos, que foi substituída pela demonstração do fluxo financeiro.

As demonstrações contábeis apresentam a posição consolidada de todos os planos administrados pela Petros, conforme mencionada na Nota 1.

3 Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência. As reservas matemáticas dos benefícios de suplementação de aposentadorias e pensões foram avaliadas com base em dados estatísticos e cadastrais, atualizados, da massa de participantes e assistidos e representam o custo dos benefícios a serem pagos aos participantes e assistidos.

(b) Contribuições

As contribuições são registradas pelo regime de competência.

No Plano Petros, as contribuições dos participantes e dos assistidos são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,96% a 14,9% ou 1,45% a 11%, consoante as faixas salariais ou o plano escolhido pelo participante. A taxa de contribuição mensal das patrocinadoras é de 12,93% sobre a folha de salários de contribuição dos participantes ativos do plano. Essa taxa vigora desde 1996, quando foi aprovado pelo Conselho de Administração da PETROBRAS o novo plano de custeio da entidade, reduzindo a taxa até então vigente, que era de 22,16%.

As contribuições dos demais planos de benefícios administrados pela Petros estão especificadas nos regulamentos de cada plano.

(c) Programa de investimentos

Renda fixa e renda variável

Em 31 de dezembro de 2002, em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2002, os títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal foram classificados como "mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os demais títulos de renda fixa e as aplicações em fundos de investimento foram classificados como "Títulos para negociação" (Nota 4.b) e estão avaliados pelo valor de mercado.

O ágio e o deságio na aquisição de títulos são amortizados em base pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como

"Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado determinado pela cotação na data mais próxima à do balanço. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações. A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa de 2% ao ano, e por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base em laudos de avaliação. As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

No exercício de 2002, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 2.829 de 30 de março de 2001 e na Instrução Normativa nº 12, de 16 de dezembro de 1996 da SPC, procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários relacionados a seguir, conforme laudos técnicos emitidos por peritos especializados. O resultado positivo da reavaliação, no montante líquido de R\$ 46.699, foi registrado em investimentos imobiliários e em despesas e receitas, conforme o caso, do programa de investimentos. As reavaliações dos demais investimentos imobiliários foram realizadas em 2000 e 2001.

Imóvel	Valor contábil	Valor reavaliado	Resultado
Edifício Empresarial			
Brigadeiro	10.658	7.800	(2.858)
Edifício World Trade Center	24.799	25.824	1.025
Conjunto Pituba	21.401	30.000	8.599
Horta Barbosa	75.750	90.000	14.250
Shopping Iguatemi Maceió	15.240	20.218	4.978
Shopping Del Rey	10.407	13.290	2.883
Shopping Vitória	19.226	23.203	3.977
Centro Empresarial São Paulo	12.655	14.108	1.453
Hiper Paes Mendonça Barra	35.624	33.560	(2.064)
Hiper Bompreço Maceió	2.248	2.208	(40)
Hiper Bompreço Bahia	10.827	15.150	4.323
Hiper Bon Marche	4.493	4.100	(393)
Edifício OAB	2.442	3.714	1.272
Edifício Ouro Negro	26.777	34.000	7.223
Edifício São Luiz	22.318	23.684	1.366
Tenduto	4.255	4.960	705
	<u>299.120</u>	<u>345.819</u>	<u>46.699</u>

Operações com participantes

Registra os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes e assistidos, pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Ativo permanente

Os valores que compõem este grupo, incorporados até 31 de

dezembro de 1995, estão contabilizados pelo valor de custo, corrigido monetariamente entre a data de aquisição e aquela data. Os valores incorporados a partir de 1º de janeiro de 1996, o foram ao valor de custo. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo às taxas determinadas pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002).

Para os direitos de uso de telefone foi constituída uma provisão para amortização no valor total do custo de aquisição.

No diferido estão registrados os gastos com desenvolvimento de software e com o desenvolvimento de novos planos, os quais são amortizados à taxa de 20% ao ano após concluídos os software e implantados os novos planos.

(e) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuários independentes contratados pela Fundação e representam os compromissos li-

quidos futuros assumidos com relação aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

(f) Separação das massas do plano Petros

A separação das massas do Plano Petros teve por base a posição patrimonial em 30 de abril de 2001. Adotou-se o critério de cotas para vincular-se o patrimônio às reservas matemáticas de cada patrocinadora, calculadas pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. A partir de 1º de maio de 2001, os registros contábeis passaram a ser individualizados por patrocinadora. Para tanto, os investimentos foram vinculados a cotas de R\$ 1,00, as quais são movimentadas em função das entradas e saídas de recursos de cada patrocinadora e valorizadas pela rentabilidade obtida no programa de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2002 o patrimônio líquido, as provisões matemáticas e o resultado de cada patrocinadora são apresentados no quadro a seguir:

	Patrimônio líquido(2)		Provisões matemáticas(3)		Superávit (déficit) técnico	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Sistema						
PETROBRAS						
PETROBRAS	15.505.022	11.662.194	16.214.017	11.979.416	(708.995)	(317.222)
REFAP	25.270		45.293		(20.023)	
PETROS	61.541	35.165	63.416	28.855	(1.875)	6.310
BR	681.787	410.654	767.651	460.517	(85.864)	(49.863)
GASPETRO	52.330	38.104	54.896	41.868	(2.566)	(3.764)
BRASPETRO (4)		50.563		51.465		(902)
PETROQUISA	116.729	87.646	121.044	96.256	(4.315)	(8.609)
	<u>16.442.679</u>	<u>12.284.326</u>	<u>17.266.317</u>	<u>12.658.377</u>	<u>(823.638)</u>	<u>(374.050)</u>
Empresas privadas						
ULTRAFÉRTIL	312.416	258.973	312.113	277.673	303	(18.700)
BRASKEM	197.659	158.854	203.564	164.046	(5.905)	(5.193)
PETROFLEX	352.286	293.836	351.119	310.540	1.167	(16.704)
NITRIFLEX (1)	55.324	46.621	55.765	49.779	(441)	(3.158)
COPEUL	198.990	156.944	191.083	149.230	7.907	7.715
PQU	350.811	292.531	357.926	312.296	(7.115)	(19.765)
TRIKEM	16.534	13.735	15.792	15.018	742	(1.284)
	<u>1.484.020</u>	<u>1.221.494</u>	<u>1.487.362</u>	<u>1.278.582</u>	<u>(3.342)</u>	<u>(57.089)</u>
Outros planos (5)						
TRIUNFO	564		564			
YPF	1.415	794	1.415	794		
DBA	3.598	1.403	3.048	1.191		
CDSA	417	200	408	200		
CONCEPA	55	22	55	22		
TRANSPETRO	2.480	723	2.480	723		
SATÉLITE	51		51			
	<u>8.580</u>	<u>3.142</u>	<u>8.021</u>	<u>2.930</u>		
Total geral	<u>17.935.279</u>	<u>13.508.962</u>	<u>18.761.700</u>	<u>13.939.889</u>	<u>(826.980)</u>	<u>(431.139)</u>

(1) Inclui a DSM - Elastômeros Brasil S.A. (1 participante)

(2) A segregação por patrocinadora não foi auditada por auditores independentes

(3) Segundo relatório dos atuários independentes

(4) Incorporada pela PETROBRAS em outubro de 2002.

(5) A diferença entre o patrimônio líquido e as provisões matemáticas dos outros planos, no valor de R\$ 559 em 31 de dezembro de 2002 (2001 - R\$ 212) está registrada na rubrica Fundo - Programa Previdencial.

Valor da cota em 31 de dezembro de 2002 - R\$ 1,36707

Valor da cota em 31 de dezembro de 2001 - R\$ 1,14366

O instrumento contratual que formaliza o processo de separação das massas foi aprovado pelos Conselhos de Administração das empresas patrocinadoras do Plano Petros e encaminhado à SPC para aprovação.

(g) Transferências interprogramas

A Fundação opera os seguintes programas: Previdencial, Administrativo e de Investimentos.

As transferências interprogramas são efetuadas nas contas de resultados de cada programa, para registrar as cobranças e repasses de recursos entre os citados programas, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução MPAS/CGPC nº 5, de 30 de janeiro de 2002 (alterada pela Resolução MPAS/CGPC nº 10, de 5 de julho de 2002), que podem ser assim resumidos:

- Na demonstração do resultado do Programa de Investimentos, a rubrica "Resultados Transferidos para Outros Programas" corresponde ao resultado líquido dos investimentos que é transferido para o Programa Previdencial, após deduzida a remuneração do fundo administrativo, cujo valor é transferido para o Programa Administrativo.

- Na demonstração do resultado do Programa Administrativo, o valor referente à rubrica "Recursos Oriundos de Outros Programas" corresponde ao custeio administrativo que é transferido do Programa Previdencial. A rubrica "Recursos transferidos para outros programas" refere-se ao valor revertido do Fundo Administrativo, que foi transferido para o Programa Previdencial. As sobras apuradas no programa administrativo são destinadas ao Fundo Administrativo. Quando há faltas, estas são compensadas com esse fundo.

4 Realizável

(a) Programa Previdencial

O valor de R\$ 83.833 em 31 de dezembro de 2001, referente ao incentivo de migração de aposentados e pensionistas para o Plano Petrobras Vida, foi restituído à Petros em 16 de janeiro de 2002.

Os créditos a receber de patrocinadoras liquidadas (Petrobras Mineração S.A. - PETROMISA e Petrobras Comércio Internacional S.A. - INTERBRAS), no montante de R\$ 176.816 (2001 - R\$ 145.929) foram objeto de ação judicial contra a União Federal e estão totalmente provisionados.

	2002	2001
Contribuições do mês	86.803	88.430
Contribuições em atraso - PETROMISA		5.780
Incentivo à migração a receber		83.833
Créditos a receber de patrocinadoras liquidadas	176.816	145.929
Provisão para perdas na realização de créditos	(176.816)	(145.929)
Resultados a realizar de títulos de renda fixa (Nota 9)	725.133	
Outros	<u>1.669</u>	<u>974</u>
	<u>813.605</u>	<u>179.017</u>

(b) Programa de investimentos

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, a administração da Fundação adaptou os seus sistemas operacional e contábil de forma a atender plenamente os requisitos da referida Resolução. Como resultado da adaptação aos novos critérios em relação aos vigentes até então (até 31 de dezembro de 2001 a carteira de títulos de valores mobiliários foi avaliada ao custo atualizado, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando este fosse inferior), não foram requeridos ajustes, uma vez que a valorização dos títulos e valores mobiliários, classificados como "Títulos para negociação", naquela data não apresentava diferença em relação ao valor de mercado.

A carteira de investimentos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 está composta conforme discriminado a seguir:

Renda fixa	2002	2001
Títulos do Governo Federal		
Notas do Tesouro Nacional	10.359.417	8.670.757
Títulos da Dívida Agrária	6.833	6.879
Créditos securitizados do Tesouro Nacional	56.970	311.950
Certificados Financeiros do Tesouro	<u>11.099</u>	
	<u>10.434.319</u>	<u>8.989.586</u>
Aplicações em instituições financeiras		
Letras hipotecárias	31.870	48.037
Cotas de FIF - Renda fixa		3.282.082
Cotas de FAQ - Renda fixa	3.245.245	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	31.286	
Debêntures não-conversíveis	<u>3.784</u>	<u>3.168</u>
	<u>3.312.185</u>	<u>3.333.287</u>
Títulos de empresas		
Debêntures conversíveis	250.452	224.391
Debêntures não-conversíveis	<u>368.973</u>	<u>279.422</u>
	<u>619.425</u>	<u>503.813</u>
	<u>14.365.929</u>	<u>12.826.686</u>

Continua

Renda variável	2002	2001
Mercado de ações		
Mercado à vista	1.369.038	1.635.443
Empréstimos de ações	4.364	6
Recibo representativo da carteira TELEBRÁS	<u>23.893</u>	<u>29.988</u>
	<u>1.397.295</u>	<u>1.665.437</u>
Bolsa de Mercadorias e Futuros		
Operações de futuro de índice	<u>13.111</u>	
Fundos de investimentos		
Cotas de fundos de ações	880.016	575.977
Cotas de fundos de investimentos imobiliários	<u>880.016</u>	<u>154.483</u>
	<u>880.016</u>	<u>730.460</u>
Outros investimentos de renda variável	<u>12.211</u>	<u>6.036</u>
	<u>2.302.633</u>	<u>2.401.933</u>
Investimentos imobiliários	<u>993.216</u>	<u>773.967</u>
Operações com participantes	<u>487.838</u>	<u>331.560</u>
Outros investimentos		
Projeto de infra-estrutura	<u>457.884</u>	<u>486.553</u>
	<u>18.607.500</u>	<u>16.820.699</u>

A classificação da carteira de títulos de renda fixa em 31 de dezembro de 2002 pode ser assim demonstrada:

Papel	Valor
Títulos mantidos até o vencimento (*)	
Títulos do Governo Federal	
Créditos Securitizados do Tesouro Nacional	8.858
Notas do Tesouro Nacional	<u>7.510.093</u>
	<u>7.518.951</u>
Aplicações em instituições financeiras	
Letras hipotecárias	<u>20.188</u>
	<u>7.539.139</u>
Títulos para negociação	
Títulos do Governo Federal	
Certificados Financeiros do Tesouro	11.099
Notas do Tesouro Nacional	2.849.324
Títulos da Dívida Agrária	6.833
Créditos Securit. do Tesouro Nacional	<u>48.112</u>
	<u>2.915.368</u>
Aplicações em instituições financeiras	
Letras hipotecárias	11.682
Cotas de FAQ - Renda fixa	3.245.245
Certificados Recebíveis Imobiliários	31.286
Debêntures não-conversíveis	<u>3.784</u>
	<u>3.291.997</u>
Títulos de empresas	
Debêntures conversíveis	250.452
Debêntures não-conversíveis	<u>368.973</u>
	<u>619.425</u>
	<u>6.826.790</u>
Total da carteira de renda fixa	<u>14.365.929</u>

(*) A administração da Fundação manifesta a intenção de manter os títulos até os respectivos vencimentos, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, conforme parecer da Mercer Investment Consulting, de 25 de junho de 2002.

A carteira de Cotas FAQ - Renda Fixa inclui R\$ 8.630 (R\$ 3.188 em 31 de dezembro de 2001) correspondentes a outros planos de benefícios administrados pela Petros, assim demonstrados:

	2002	2001
YPF	1.423	815
DBA	3.627	1.417
CDSA	407	203
CONCEPA	56	22
TRANSPETRO	2.500	731
SATELITE	51	
TRIUNFO	<u>566</u>	
	<u>8.630</u>	<u>3.188</u>

A Fundação mantém uma provisão de R\$ 171.140 (R\$ 121.193 em 31 de dezembro de 2001) para perdas com os investimentos indicados a seguir referente a aplicações que se encontram pendentes de decisão jurídica ou com baixa possibilidade de êxito em favor da Petros. Os valores provisionados já se encontram deduzidos, por tipo de aplicação, no ativo realizável - programa de investimentos.

	2002	2001
Cia. Nova América - aplicação em debêntures.		
Foi ajuizada ação na 10ª Vara Cível visando a recuperação do crédito	8.148	8.148
Lojas Arapuã - aplicação em debêntures, estando a companhia em situação concordatária desde junho de 1998. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para a adoção de providências	5.433	5.433
Teletrust de Recebíveis S.A. - aplicação em debêntures. O assunto está sendo estudado pelos debenturistas para a adoção de providências	35.998	35.998
Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - série 004 - provisão constituída em virtude da baixa possibilidade de recuperação das aplicações, considerando-se que as séries 001 e 002 já venceram e não foram liquidadas	68.125	68.125
Paranapanema S.A. - aplicação em debêntures simples. Provisão constituída em virtude das debêntures se encontrarem vencidas e em cobrança judicial	49.947	
Outros	<u>3.489</u>	<u>3.489</u>
	<u>171.140</u>	<u>121.193</u>

Já foi requerida a falência da Teletrust de Recebíveis S.A., tendo o juiz despachado a citação. Aguarda-se a decretação da falência.

Quanto às Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, os advogados da Petros optaram por retardar a distribuição da ação a ser movida para aguardar a decisão dos embargos de declaração interpostos contra acórdão prolatado pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

5 Exigível operacional

(a) Programa previdencial

Em 31 de dezembro de 2002, o valor registrado neste grupo representa, basicamente, o saldo do adiantamento feito pela PETROBRAS, no valor de R\$ 1.015.808, como contribuição especial de migração para o Plano Petrobras Vida (Nota 9).

(b) Programa de investimentos

Em 31 de dezembro de 2002, o valor registrado neste grupo inclui, basicamente, as provisões para o Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos das aplicações financeiras a recolher, no montante de R\$ 8.468.

6 Exigível contingencial

(a) Programas previdencial e administrativo

Foram constituídas provisões para absorver perdas consideradas prováveis, que venham a ocorrer em função de ações ajuizadas contra a Petros, nos seguintes montantes:

	2002	2001
Programa previdencial		
Provisão constituída	20.806	21.098
Depósitos judiciais	(20.806)	(21.098)
Programa administrativo		
Provisão constituída	1.167	4.196

(b) Programa de investimentos

Em 27 de dezembro de 2001, a Diretoria Executiva e o então Conselho de Curadores da Petros aprovaram as seguintes medidas:

- Opção pelo Regime Especial de Tributação (RET) estabelecido no artigo 2º da Medida Provisória nº 2.222/2001. Por este regime, a partir de setembro de 2001 o imposto de renda passou a ser de 20% sobre o resultado líquido dos investimentos, apurado trimestralmente, limitado a 12% das contribuições das patrocinadoras. A Fundação formalizou esta opção em 27 de dezembro de 2001.

- Opção pela anistia prevista no artigo 5º da citada Medida Provisória, que foi formalizada em janeiro de 2002, com o recolhimento da primeira das seis parcelas referente ao imposto de renda.

A opção pela anistia prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.222/2001 foi também estendida ao PIS e à COFINS, com pagamento em janeiro de 2002, de uma só vez. No exercício de

2002, a Fundação recolheu as demais parcelas relativas à anistia do imposto de renda.

7 Custeio administrativo

Conforme determinação da SPC, as despesas de administração passaram a ser desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos. Em 31 de dezembro de 2002, as despesas de administração totalizaram R\$ 67.185 (2001 - R\$ 58.117), sendo R\$ 38.881 (2001 - R\$ 33.639) as despesas de administração previdencial e R\$ 28.304 (2001 - R\$ 24.478) as despesas de administração dos investimentos.

Os critérios adotados pela Petros para a segregação das despesas de administração foram os seguintes:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos, foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de suporte foram registrados na base de 50% para cada um dos referidos grupos de despesas de administração.

A despesa de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, incluindo a despesa com administração dos investimentos, situou-se em 2,6% (2001 - 1,0%) das receitas previdenciais correntes.

8 Exigível atuarial - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados pelos atuários externos, STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. e VMC Consultoria Atuarial, conforme pareceres datados de 15 e 16 de janeiro de 2003, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, as provisões matemáticas e o resultado acumulado eram compostas como indicado a seguir:

	2002	2001
Benefícios concedidos		
Benefícios do plano	<u>13.630.223</u>	<u>12.383.480</u>
Benefícios a conceder		
Benefícios do plano com a geração atual		
Contribuição definida	11.333	4.026
Benefício definido	<u>8.164.212</u>	<u>5.608.111</u>
	8.175.545	5.612.137
Outras contribuições da geração atual	(3.044.068)	(2.518.128)
Benefícios do plano com as gerações futuras		825.301
Outras contribuições de gerações futuras	<u>5.131.477</u>	<u>(2.362.901)</u>
	<u>18.761.700</u>	<u>13.939.889</u>

A provisão matemática de benefícios a conceder inclui R\$ 8.021 (2001 - R\$ 2.930) referentes a outros planos administrados pela Petros, conforme abaixo:

	2002	2001
YPF	1.415	794
DBA	3.048	1.191
CDSA	408	200
CONCEPA	55	22
TRANSPETRO	2.480	723
SATELITE	51	
TRIUNFO	564	
	<u>8.021</u>	<u>2.930</u>

Benefícios concedidos

Registram o valor dos compromissos correspondentes a benefícios concedidos a serem pagos pela Fundação aos participantes, assistidos e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

Benefícios a conceder

Registram o valor dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder.

(i) Benefícios do plano com a geração atual

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, avaliados de acordo com a nota técnica atuarial.

(ii) Outras contribuições da geração atual

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesses planos (ou de novos empregados das patrocinadoras), assim como as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção dos benefícios, quanto pelas patrocinadoras.

(iii) Benefícios do plano com as gerações futuras

Valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes das gerações futuras.

(iv) Outras contribuições das gerações futuras.

Registram o valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelas patrocinadoras e pelos integrantes das gerações futuras.

Conforme divulgado na Nota 9, com o fechamento do Plano Petros, foi eliminada a premissa de benefícios e contribuições de gerações futuras.

9 Reservas e fundos

	Equilíbrio técnico	Fundos
Saldo em 1º de janeiro de 2001	(84.453)	30.676
Déficit do exercício de 2001	(346.686)	
Constituições de fundos		<u>303.877</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2001	(431.139)	334.553
Déficit do exercício atual	(1.120.974)	
Constituições de fundos		132.691
Resultados a realizar	<u>725.133</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2002	<u>(826.980)</u>	<u>467.244</u>

Na rubrica constituições de fundos em 31 de dezembro de 2002 está incluído o fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, de natureza previdencial, calculado pelo atuário, no valor de R\$ 559 (2001 - R\$ 212), do Plano DBA.

Equilíbrio técnico

Registra o excedente ou insuficiência patrimoniais (déficit/superávit) em relação aos compromissos totais da Fundação.

A seguir encontra-se apresentado o déficit/superávit técnico por planos e patrocinadoras:

Planos/patrocinadoras	Déficit / superávit técnico
Plano Petros	
Sistema Petrobras	<u>(823.638)</u>
Plano Petros - Empresas Privatizadas	
Ultrafertil	303
Braskem (Copene)	(5.905)
Petroflex	1.167
Nitriflex/DSM	(441)
Copesul	7.907
PQU	(7.115)
Triken (CQR)	<u>742</u>
	<u>(3.342)</u>
Total	<u>(826.980)</u>

O déficit técnico do Plano Petros - Sistema Petrobras corresponde à parcela atribuída aos participantes ativos e assistidos que ainda não exerceram a opção pelo Plano Petrobras Vida, cujo equacionamento somente poderá ser feito ao final do processo de migração. Este déficit foi gerado, basicamente, pelo fechamento do Plano, com a eliminação da premissa da Geração Futura e pela mudança de Tábua de Mortalidade de EB7-75 para GAM-71, conforme demonstrado a seguir:

Eliminação da Geração Futura	1.792.873
Mudança de Tábua de Mortalidade	1.077.000
Outras Premissas	<u>(174.964)</u>
	2.694.908
Parcela de responsabilidade das patrocinadoras	<u>(1.871.270)</u>
Parcela atribuída aos participantes que não migraram até 31/12/2002	<u>823.638</u>

Em 28 de dezembro de 2001, a PETROBRAS adiantou à Petros recursos para a cobertura dos compromissos de migração para o Plano Petrobras Vida no valor de R\$ 2.543.802 mil, os quais corrigidos para 31 de dezembro de 2002 pela variação do IPCA mais juros de 6% a.a. montam a R\$ 3.006.521 mil. Desse valor, em 31 de dezembro de 2002 foi utilizado o montante de R\$ 1.990.713, para o equacionamento do déficit técnico apurado no fechamento do plano e de responsabilidade das patrocinadoras, composto das seguintes parcelas:

(i) 50% do valor equivalente ao déficit apurado na avaliação atuarial do fechamento do Plano Petros - Sistema Petrobras - R\$ 1.347.454.

(ii) Valor equivalente ao déficit técnico apurado na avaliação do fechamento do Plano Petros - Sistema Petrobras que seria atribuído aos participantes ativos e assistidos que optaram pela migração para o Plano Petrobras Vida - R\$ 523.816.

(iii) Taxa de administração - R\$ 119.443.

Considerando essas utilizações, restou em 31 de dezembro de 2002 um saldo do adiantamento da Petrobras no valor de R\$ 1.015.808, cuja destinação dar-se-á ao final do processo de migração para o Plano Petrobras Vida.

Os planos das empresas PQU, Braskem e Nitriflex/DSM apresentaram déficit técnico em 31 de dezembro de 2002. O equacionamento desses déficits não pôde ser feito em 31 de dezembro de 2002 porque o processo de separação das massas ainda não foi homologado pela SPC e, por outro lado, as patrocinadoras precisam de tempo para tomarem as necessárias providências junto aos participantes e assistidos.

Os demais planos administrados pela Petros não apresentaram déficit ou superávit técnico em 31 de dezembro de 2002.

Resultados a realizar

Corresponde à diferença entre o valor presente dos títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, apurado pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos e o seu valor presente, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, nos termos do artigo 5º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002 e foi aprovado pela SPC, conforme ofício nº 1702 / GAB / SPC, de 19 de setembro de 2002. Os títulos mantidos até o vencimento, seus respectivos vencimentos, valores contábeis e fluxos descontados à taxa da última avaliação atuarial (6% a.a.) em 31 de dezembro de 2002 estão assim demonstrados:

Tipo de Título	Emissor	Vencimento	Valor	Fluxo	Diferença
			Contábil	Descontado	
Securitização	Eletrobrás	16/03/2004	8.858	8.939	81
Letras hipotecárias	CEF	15/02/2006	13.448	15.124	1.676
Letras hipotecárias	CEF	15/02/2021	6.740	10.216	3.476
NTN-C	Tesouro Nacional	01/04/2021	246.960	391.162	144.202
NTN-C	Tesouro Nacional	01/01/2031	368.550	575.456	206.906
NTN-B	Tesouro Nacional	15/11/2023	580.504	949.296	368.792
NTN-B	Tesouro Nacional	15/11/2013	1.681.039	1.681.039	
NTN-B	Tesouro Nacional	15/11/2033	<u>4.633.040</u>	<u>4.633.040</u>	
Total			<u>7.539.139</u>	<u>8.264.272</u>	<u>725.133</u>

* * *

CARLOS HENRIQUE FLORY
Presidente

SOLON GUIMARÃES FILHO
Diretor

ELIANE ALEIXO LUSTOSA
Diretora

FLÁVIO DE MAGALHÃES CHAVES
Diretor

JOSÉ DE MELO
CRC-RJ-18.619-1
CPF 036.569.267-0

PARECER ATUARIAL

PLANO PETROS SISTEMA PETROBRAS

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$ 12.320.903.988,00
Benefícios a Conceder:	R\$ 4.945.412.967,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$ (0,00)
Total:	R\$ 17.266.316.955,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$ 0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$ 0,00
Outros Fundos:	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação processada no fechamento do Plano.

As obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas às patrocinadoras epigrafadas - R\$16.442.678.848,20 -, configurando-se, portanto, o déficit técnico: - (R\$823.638.106,80) - cerca de 5,01% do patrimônio líquido.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I - maior produtividade no investimento;
- II - dotações patronais;
- III - elevação das taxas contributivas;
- IV - redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2003
RIO NOGUEIRA
MIBA Nº 166

PLANO PETROS P.Q.U

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$ 335.906.129,00
Benefícios a Conceder:	R\$ 22.019.813,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$ (0,00)
Total:	R\$ 357.925.942,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$ 0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$ 0,00
Outros Fundos:	R\$ 0,00
Total:	R\$ 0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas à patrocinadora epigrafada - R\$350.811.164,36 -, configurando-se, portanto, o déficit técnico: - (R\$7.114.777,64), cerca de 2,03% do patrimônio líquido.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I - maior produtividade no investimento;
- II - dotações patronais;
- III - elevação das taxas contributivas;
- IV - redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2003
RIO NOGUEIRA
MIBA Nº 166

PLANO PETROS BRASKEM

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$ 175.687.176,00
Benefícios a Conceder:	R\$ 27.876.970,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$ (0,00)
Total:	R\$ 203.564.146,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas à patrocinadora epígrafada - R\$197.658.716,22 -, configurando-se, portanto, o déficit técnico: -(R\$5.905.429,78), cerca de 2,99% do patrimônio líquido.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I - maior produtividade no investimento;
- II - dotações patronais;
- III - elevação das taxas contributivas;
- IV - redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2003
RIO NOGUEIRA
MIBA Nº 166

PLANO PETROS TRIKEM

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$	13.896.353,00
Benefícios a Conceder:	R\$	1.896.028,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$	(0,00)
Total:	R\$	15.792.381,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão cobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas à patrocinadora epígrafada - R\$16.534.375,65 -, configurando-se, portanto, o superávit técnico: -R\$741.994,65-, cerca de 4,49% do patrimônio líquido.

Pelo valor módico, o superávit deverá manter-se na Reserva de Contingência (Lei Complementar nº 109, art. 20) para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2003
RIO NOGUEIRA
MIBA Nº 166

PARECER ATUARIAL

PLANO PETROS ULTRAFÉRTIL

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$	284.335.019,00
Benefícios a Conceder:	R\$	27.777.534,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$	(0,00)
Total:	R\$	312.112.553,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão cobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas às patrocinadoras epigrafadas -R\$312.415.708,90-, configurando-se, portanto, o superávit técnico: -R\$303.155,90-, cerca de 0,10% do patrimônio líquido.

Pelo valor módico, o superávit deverá manter-se na Reserva de Contingência (Lei Complementar no 109, art. 20) para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

PLANO PETROS COPESUL

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$	119.797.311,00
Benefícios a Conceder:	R\$	71.285.589,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$	(0,00)
Total:	R\$	191.082.900,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão cobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas à patrocinadora epigrafada -R\$198.990.072,30-, configurando-se, portanto, o superávit técnico: -R\$7.907.172,30-, cerca de 3,97% do patrimônio líquido.

Pelo valor módico, o superávit deverá manter-se na Reserva de Contingência (Lei complementar 109/2001, art. 20) para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

PLANO PETROS PETROFLEX

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$	324.720.592,00
Benefícios a Conceder:	R\$	26.398.394,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$	(0,00)
Total:	R\$	351.118.986,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão cobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculada à patrocinadora epigrafada -R\$352.286.608,76-, configurando-se, portanto, o superávit técnico: -R\$1.167.622,76-, cerca de 0,33% do patrimônio líquido.

Pelo valor módico, o superávit deverá manter-se na Reserva de Contingência (Lei complementar 109/2001, art. 20) para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

PLANO PETROS NITRIFLEX / DSM

Consoante demonstrado na fl. 2/3, as Provisões Matemáticas do grupo amparado pelo Plano em referência classificam-se no quadro infra:

Benefícios Concedidos:	R\$	54.976.255,00
Benefícios a Conceder:	R\$	788.480,00
Provisão Matemática a Constituir:	R\$	(0,00)
Total:	R\$	55.764.735,00

Além das provisões, figuram como passivos da entidade em relação ao supradito grupo:

Fundo destinado à cobertura de oscilação de riscos:	R\$	0,00
Fundo destinado à cobertura da anti-seleção de riscos:	R\$	0,00
Outros Fundos:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00

O cadastro que serviu de base para o processamento da avaliação atuarial foi considerado satisfatório quanto à consistência dos dados.

Ressaltada a mudança da tábua de mortalidade, não houve inovação metodológica na atual avaliação, cujas hipóteses se ajustaram aos resultados da observação, assim como as da avaliação precedente.

As obrigações indicadas retro estão descobertas pela parcela patrimonial atribuída às massas participantes vinculadas às patrocinadoras epigrafadas -R\$55.323.837,57 -, configurando-se, portanto, o déficit técnico: -(R\$440.897,43) -, cerca de 0,80% do patrimônio líquido.

Para cobrir a insuficiência, as recomendações são as habituais:

- I - maior produtividade no investimento;
- II - dotações patronais;
- III - elevação das taxas contributivas;
- IV - redução do grau de capitalização dos regimes financeiros;

A primeira tem limitações conjunturais, e as últimas exigem a reformulação do Plano de Custeio, que julgamos dispensável em face do déficit despiendo.

PARECER ATUARIAL

PLANO YPF

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de “Contribuição Definida”, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em:

RESERVAS MATEMÁTICAS	1.414.894,46
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.414.894,46
Benefícios do Plano com a Geração Atual	1.414.894,46
Contribuição Definida	1.414.894,46
Benefício Definido	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regime financeiro e método.

Por ocasião da reavaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2003.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003
Marília Castro
MIBA Nº 351

PLANO CDSA

Em relação a parte do Plano concebida no regime de “Contribuição Definida” não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes. Quanto à parte em “Benefício Definido”, o custo poderá variar pelo ingresso ou retirada de participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	408.537,13
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	408.537,13
Benefícios do Plano com a Geração Atual	627.481,81
Contribuição Definida	408.537,13
Benefício Definido	218.944,68
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-218.944,68
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-

Por ajuste das Contribuições Extraordinárias

FUNDO DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCO 9.041,51

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regimes financeiros e método.

Por ocasião da avaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2003.

Foi constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco no valor de R\$ 9.041,50 destinado a cobertura de desvios de sinistralidade.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003
Marília Castro
MIBA Nº 351

PLANO TRANSPETRO

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de “Contribuição Definida”, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	2.479.595,39
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.479.595,39
Benefícios do Plano com a Geração Atual	2.479.595,39
Contribuição Definida	2.479.595,39
Benefício Definido	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regime financeiro e método.

Da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2003.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003
Marília Castro
MIBA Nº 351

PLANO DBA

Em relação à parte do Plano concebida no regime de “Contribuição Definida” não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes. Quanto àquela concebida em “Benefício Definido”, o custo será redimensionado anualmente e poderá variar em função do ingresso ou retirada de participantes ou discrepância entre as hipóteses adotadas no cálculo e a variação salarial, incidência de invalidez ou doença ou rentabilidade obtida na aplicação de recursos observadas.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	3.047.957,71
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	3.047.957,71
Benefícios do Plano com a Geração Atual	4.063.606,09
Contribuição Definida	2.890.903,12
Benefício Definido	1.172.702,97
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	1.015.648,38
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-
FUNDO DE COBERTURA DE OSCILAÇÃO DE RISCO	549.779,24

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regimes financeiros e método.

Por ocasião da reavaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2003.

Foi constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco no valor de R\$ 549.779,24 destinado a cobertura de desvios de sinistralidade.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003
Marília Castro
MIBA Nº 351

PARECER ATUARIAL

PLANO CONCEPA

Por tratar-se de plano concebido na modalidade de “Contribuição Definida”, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	55.278,84
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	55.278,84
Benefícios do Plano com a Geração Atual	55.278,84
Contribuição Definida	55.278,84
Benefício Definido	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-

Relativamente ao último DRAA apresentado, não houve alteração de hipóteses, regimes financeiro e método.

Da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2003.

PLANO SATÉLITE

Por tratar-se de plano concebido no regime de “Contribuição Definida”, não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes.

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	50.723,52
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	50.723,52
Benefícios do Plano com a Geração Atual	50.723,52
Contribuição Definida	50.723,52
Benefício Definido	-
Contribuições da Patrocinadora sobre os Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	-

Relativamente ao último DRAA apresentado, não houve alteração de hipóteses, regimes financeiros e método.

Por ocasião da avaliação atuarial, da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de custeio para o exercício de 2003.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003

Marília Castro
MIBA Nº 351

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2003

Marília Castro
MIBA Nº 351

PLANO TRIUNFO

Em relação a parte do Plano concebida na modalidade de “Contribuição Definida” não há determinação de custo e o custeio pode variar de acordo com a opção da patrocinadora e participantes. Quanto à parte em “Benefício Definido”, o custo poderá variar pelo ingresso ou retirada de participantes, bem como pela não verificação das hipóteses adotadas

O cadastro apresentado foi criticado pela EFPP e, a nosso ver, apresenta qualidade aceitável.

Os compromissos do Plano foram dimensionados em

RESERVAS MATEMÁTICAS	564.390,05
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
Benefícios do Plano	-
Contribuição da Patrocinadora sobre os Benefícios	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
BENEFÍCIOS A CONCEDER	564.390,05
Benefícios do Plano com a Geração Atual	2.642.283,71
Contribuição Definida	469.506,01
Benefício Definido	2.172.777,70
Contribuições da Patrocinadora sobre os	
Benefícios da Geração Atual	-
Outras Contribuições da Geração Atual	-2.077.893,66
Benefícios do Plano com Gerações Futuras	-
Contribuições sobre Benefícios com Gerações Futuras	-
Outras Contribuições das Gerações Futuras	-
RESERVA A AMORTIZAR	-
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	-
Por ajuste das Contribuições Extraordinárias	

Relativamente ao exercício anterior não houve alteração de hipóteses, regime financeiro e método.

Da comparação desses resultados com o patrimônio líquido do Plano, constatamos o equilíbrio.

Fica mantido o Plano de Custeio para o exercício de 2003.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, e a sob a presidência do Conselheiro Adonaide Crispin da Silveira, com a presença do Conselheiro Marcos Antonio Silva Menezes examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo Financeiro, acompanhados das notas explicativas e dos pareceres dos Auditores Independentes e dos Atuários Externos. Das demonstrações apresentadas, releva destacar: a) que contemplam os Planos de Benefícios instituídos pelas patrocinadoras Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., suas subsidiárias e outras Patrocinadoras, conforme descrito na nota explicativa n.º 1 – Contexto Operacional, das Demonstrações Contábeis; b) que a Fundação apresentou, ao final do exercício de 2002, o déficit técnico acumulado de R\$ 827 milhões.

Com base nos exames efetuados e considerando ainda o parecer sem ressalvas da PricewaterhouseCoppers Auditores Independentes e as avaliações atuariais procedidas pela STEA – Serviços Técnicos de Estatísticas e Atuária Ltda. e VMC Consultoria Atuarial, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2002 refletem a real situação patrimonial e financeira da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2003

Adonaide Crispin da Silveira
Presidente

Marcos Antonio Silva Menezes
Conselheiro

ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo resolveu aprovar as Demonstrações Contábeis da Petros relativas ao exercício de 2002, após examinado o parecer do Conselho Fiscal. (Ata 274 do Conselho Deliberativo – 23/01/2003).

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2003

José Lima de Andrade Neto
Presidente

Almir Guilherme Barbassa
Conselheiro

Paulo César Chamadoiro Martin
Conselheiro

José Conrado de Souza
Conselheiro

José Augusto Ferreira Meireles
Secretário-Geral